



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO 26 2022

PROCESSO SEI: 0002085-57.2022.4.01.8007

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro dos bens móveis e imóveis da Subseção Judiciária de Imperatriz - MA, compreendendo o edifício Sede (Blocos A, B e C), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n. 10.520, de 17.07.2002, Decreto n.10.024, de 28.10.2019, Lei Complementar n. 123, de 14.12.2006, e Lei n. 8.666/93 e alterações.

ABERTURA: Data: 10.06.2022

Hora: 10h00min (dez horas) – horário de Brasília/DF.

Endereço Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

E – MAIL pregao.ma@trfl.jus.br

O(A) Pregoeiro(a) da Justiça Federal - Seção Judiciária do Maranhão, designado(a) pela Portaria SJMA - DIREF N. 068/2021, de 19.07.2021, da Diretoria do Foro desta Seccional, publicada 19 de julho de 2021, torna público que será realizado o certame licitatório em epígrafe, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o regime de execução indireta, do tipo menor preço, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, do Decreto n. 3.555, de 08.08.2000, do Decreto n. 10.024, de 28.10.2019, da Lei Complementar n. 123, de 14.12.2006, e, subsidiariamente, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sendo em tudo regida pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus respectivos anexos.

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro dos bens móveis e imóveis da Subseção Judiciária de Imperatriz - MA, compreendendo o edifício Sede (Blocos A, B e C), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência..

2. DA ABERTURA DA SESSEÃO PUBLICA.

2.1. No dia, hora e local abaixo indicados se fará a abertura do certame:

DATA: 10.06.2022, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

HORA: 10h00min (dez horas) - horário de Brasília/DF. ENDEREÇO ELETRÔNICO:
www.comprasgovernamentais.gov.br.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

3.2. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.

3.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo a Justiça Federal–Seção Judiciária do Maranhão, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão.

3.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

3.4.1. Que se encontrem em regime de concordata ou com falência decretada, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução, liquidação;

3.4.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração suspensos ou que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

3.4.3. Empresas estrangeiras que não funcionem no país.

3.4.4. Não será permitida a participação de ME/EPP, conforme Termo de Referencias no subitem 4.4.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do Pregão Eletrônico, a licitante deverá se credenciar no sistema “**PREGÃO ELETRÔNICO**” através do site www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.1.1. O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores -SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Justiça Federal – Seção Judiciária do Maranhão, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5. DO ENVIO DAS PROPOSTAS

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a **data e horário estabelecido para a sessão pública** (10:00h do dia 10 de junho de 2022) (horário de Brasília/DF), exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.1.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.1.3. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.1.4. A falsidade da declaração de que trata o tema acima, sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto 10.024/2019.

5.1.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.1.6. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no item 5.1, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo IX do Decreto 10.024/2019.

5.1.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.1.8. Os documentos **complementares** à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo máximo de 04 (quatro) horas, conforme item 5.9 desse edital.

5.2. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.3 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos.

5.5. Na proposta deverá constar:

- a) **Preços unitários e preço global do item** em moeda corrente nacional, em algarismos, com duas casas decimais, e por extenso, compatíveis com os preços correntes no mercado. Em caso de divergência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o primeiro e entre os valores em algarismos e os expressos por extenso, serão levados em conta estes últimos;
- b) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas, embalagens e outras despesas necessárias à prestação dos serviços;
- c) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60(sessenta) dias corridos, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;
- d) Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes dos materiais ofertados, inclusive

marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas contidas neste Edital, devendo ser os mesmos novos e de primeiro uso;

- e) A qualificação do representante autorizado a firmar o Contrato, contendo nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, estado civil, nacionalidade e profissão, informando, ainda, qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido Termo (Contrato Social ou Procuração); e
 - f) Conter os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta- corrente e praça de pagamento.
- 5.6. Os preços cotados deverão ser líquidos, devendo estar neles incluídas todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, embalagens e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta licitação, já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.
- 5.7. Não serão admitidas retificações ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez recebidas as propostas, exceto no caso de nova disputa por meio de lances inseridos no sistema eletrônico, conforme previsto no Edital.
- 5.8. Não sendo assinado o Termo Contratual dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 60 (sessenta) dias se o proponente, consultado pela Justiça Federal, assim concordar.
- 5.9 A proposta vencedora **ajustada ao lance** dado na sessão do Pregão deverá ser imediatamente encaminhada ao Pregoeiro, no prazo máximo de 04 (quatro) horas contadas a partir da suspensão da Sessão Pública, devidamente comunicada pelo Pregoeiro aos licitantes através de chat, para recebimento e exame preliminar da citada documentação, por meio do **correio eletrônico pregao.ma@trfl.jus.br**.
- 5.9.1 Caso haja impossibilidade de acesso ao sistema compras governamentais, a proposta, bem como as documentações complementares exigidas no edital, poderão ser enviadas através do e-mail **pregao.ma@trfl.jus.br**, devendo tão logo seja resolvido o problema, as mesmas serem anexadas ao sistema.
- 5.9.2 A proposta e documentações complementares exigidas no edital só serão aceitas fora do prazo mencionado no item 5.9, mediante solicitação da proponente no próprio chat ou via e-mail **pregao.ma@trfl.jus.br** e anuência do pregoeiro, **ainda dentro do prazo de 04 (quatro) horas.**
- 5.10 Será desclassificada a proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital ou a que consigne valores excessivos ou manifestamente inexequíveis.

6. DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. O início da Sessão Pública, via sistema eletrônico (internet), será na data e horário previstos neste Edital e realizar-se-á de acordo com o Decreto n. 10.024, de 28.10.2019, com a divulgação das propostas de preços recebidas em conformidade com o item 5 e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.
- 6.2. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.
- 6.3. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

- 6.5. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 6.6. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.
- 6.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.
- 6.8. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.
- 6.9. Durante a etapa dos lances não será possível a identificação dos participantes, nem dos autores dos menores lances.
- 6.10. Os licitantes deverão, durante a Sessão Pública do Pregão, atentar para as informações e recomendações efetuadas pelo Pregoeiro através de chat, não cabendo alegações posteriores de desconhecimento das mesmas.

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 7.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 7.1.1. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR GLOBAL DO ITEM**.
- 7.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 7.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.4. Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for registrado em primeiro lugar.
- 7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser no valor de **0,10 (dez centavos)**.
- 7.6. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.7. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.7.1. Será aberta a etapa competitiva (Sessão Pública) para as licitantes classificadas, que poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 7.7.2. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos [art. 3](#), § 2º da Lei 8.666/93.
- 7.7.3. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos acima, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.
- 7.7.4. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico

dentre as propostas empatadas.

- 7.8. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houve lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.9. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.10. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.11. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, as licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado, sendo vedada a identificação do seu detentor.
- 7.12. No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.12.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.13. O modo de disputa do pregão será pelo **sistema aberto**, com valor estimado da presente contratação é de **R\$ 3.717,85** (três mil, setecentos e dezessete reais e oitenta e cinco centavos)

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o menor **VALOR GLOBAL DO ITEM**, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.
- 8.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.3. A proposta vencedora ajustada após a fase do item 8.1 deverá ser imediatamente encaminhada ao Pregoeiro, no prazo máximo de 04 (quatro) horas contadas a partir da suspensão da Sessão Pública, devidamente comunicada pelo Pregoeiro aos licitantes através de chat, para recebimento e exame preliminar da citada documentação, por meio do correio eletrônico pregao.ma@trfl.jus.br.
- 8.4. Encerrada a etapa de negociação de que trata o item 8.1, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X do Decreto 10.024/2019.
- 8.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, segundo o critério de **MENOR VALOR GLOBAL DO ITEM**.

- 8.6. Ocorrendo a hipótese anterior, o Pregoeiro poderá ainda negociar com a licitante, no sentido de se obter preço melhor.
- 8.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Para habilitação neste Pregão Eletrônico, a empresa interessada deverá estar cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e com a **DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA** em plena validade.

9.1.1. Finalizada a etapa de lances, a empresa participante terá sua situação de regularidade junto ao SICAF confirmada mediante verificação "on - line" do Sistema.

9.1.2. Conforme Acórdão 1793/2011 - Plenário do TCU, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

2.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação

Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação

9.2. Todas as licitantes também deverão apresentar a seguinte documentação para fins de habilitação:

9.2.1.	Declaração , observadas as sanções legais cabíveis, de superveniência de fatos impeditivos da habilitação, a qual será exigida apenas em caso positivo.
9.2.2	Declaração , sob as penas da lei, de que não contratará durante a vigência da avença decorrente deste certame empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de ocupantes de cargo de direção e assessoramento ou de juízes vinculados à Seção Judiciária do Maranhão, nos termos do artigo 3º da Resolução N°. 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça, e ainda de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.
9.2.3.	Declaração de elaboração independente de proposta.
9.2.4.	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT , obtida no link http://www.tst.jus.br , do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (http://www.csjt.jus.br), e dos Tribunais Regionais do Trabalho na Internet, os quais manterão, permanentemente, hiperlink de acesso ao sistema de expedição;
9.2.5.	Certidões de Regularidade Fiscal (Receita Federal e INSS), FGTS , regularidade da Fazenda Estadual da sede da licitante, da fazenda Municipal da sede da licitante
9.2.6	Como condição de habilitação no Certame, deverá a licitante apresentar prova de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP , através das certidões de regularidade e da certidão de livre movimentação de ativos;

9.3. Os documentos exigidos para habilitação, deverão ser encaminhados, pelos licitantes, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com a proposta**, conforme a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo máximo de 04 (quatro) horas, contadas a partir da suspensão da Sessão Pública, sob pena de não aceitação da proposta, devidamente comunicada pelo Pregoeiro aos licitantes através de chat, para recebimento e exame preliminar das citadas

documentações, por meio do correio eletrônico pregao.ma@trfl.jus.br ou secom.ma@trfl.jus.br.

9.4.1. Os mesmos prazos serão concedidos àquelas licitantes enquadradas no subitem 8.5. para envio da documentação habilitatória e proposta ajustada às condições ofertadas pela primeira classificada.

9.4.2 Caso haja impossibilidade de acesso ao sistema compras governamentais, a proposta, bem como as documentações exigidas no edital, poderão ser enviadas através do e-mail pregao.ma@trfl.jus.br, devendo tão logo seja resolvido o problema, as documentações serem anexadas ao sistema.

9.4.3. As documentações exigidas no edital só serão aceitas fora do prazo mencionado no item 9.6 mediante solicitação da proponente no próprio chat ou via e-mail pregao.ma@trfl.jus.br e anuência do pregoeiro, **ainda dentro das 04 (quatro) horas.**

9.5. Os documentos solicitados para habilitação deverão estar dentro do prazo de validade neles previstos e, quando não mencionado, serão considerados válidos até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua emissão, ressalvados os casos que se originarem de legislação específica.

9.6 Da vistoria.

9.6.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria no local dos bens a serem segurados, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:30 horas às 13:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (99) 3529-0596, ou pelo e-mail sesap.itz@trfl.jus.br,

9.6.2 Após a vistoria, será emitida declaração que o licitante vistoriou o local de serviços, devendo ser apresentada na licitação

9.6.3 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

9.6.4 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado;

9.6.5 Não serão aceitas reclamações posteriores quanto ao desconhecimento de quaisquer particularidades que afetem, direta ou indiretamente, a perfeita execução dos trabalhos.

9.6.6 Caso opte pela não vistoria, a licitante deverá emitir declaração de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do local e do objeto, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade);

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

10.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até **três dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

10.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no **prazo de dois dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e **poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.**

- 10.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 10.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail pregao.ma@trfl.jus.br

11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATORIO

- 11.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até **três dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 11.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.
- 11.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 11.4. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 11.5. Os pedidos de impugnações deverão ser enviados ao Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail pregao.ma@trfl.jus.br

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 12.1. Declarada a vencedora, admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, compreendida a manifestação prévia da licitante, durante a Sessão Pública, o encaminhamento de memoriais e eventuais contra-razões pelas demais licitantes, realizados no âmbito do Sistema Eletrônico, em formulário próprio.
- 12.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.
- 12.2.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.
- 12.3. Os recursos do art. 109, I, “a” e “b” da Lei 8666/93 terão efeito suspensivo;
- 12.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.5. Senão reconsiderar sua decisão o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da Diretoria do Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Maranhão, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.
- 12.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Seção de Compras e

Licitações, no 1º Andar do Anexo II, do Edifício-sede da Justiça Federal, na Av. Senador Vitorino Freire, 300, Areinha, São Luís, Maranhão, nos dias úteis, no horário das 9h às 18h (horário local).

Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto e homologará o procedimento licitatório.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1 O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

13.2. Após regular convocação por parte da Seção Judiciária do Maranhão, a empresa adjudicatária terá prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o contrato, sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação e sujeitar-se às penalidades previstas no artigo 7º, da Lei 10.520/02.

13.2.1. a assinatura do contrato será feita exclusivamente pelo SEI, conforme cláusula 17.9.

13.3. O prazo fixado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a solicitação respectiva seja apresentada ainda durante o transcurso do interstício inicial, bem como que ocorra motivo justo e aceito pela Seção Judiciária do Maranhão.

13.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 49 do Decreto 10024/2019.

13.5. As formas de pagamento, recebimento, obrigações das partes, penalidades contratuais e demais condições estabelecidas para o ajuste estão discriminadas na Minuta de Contrato – Anexo V deste edital.

14. DAS PENALIDADES

14.1. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

14.2 As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.

14.3 Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será o contratado notificado da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

14.4 Recebida a defesa, o Diretor do Foro da Seção Judiciária do Maranhão deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

14.5 A inexecução total ou parcial do fornecimento do objeto, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado, garantida a prévia defesa, à aplicação das seguintes sanções: I Advertência; II Multa; III Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a multa correspondente a 20% do valor

a ele adjudicado.

14.7 A inexecução total do contrato ensejará a aplicação de multa de 30% do valor do ajuste.

14.8 As multas por atraso serão aplicadas na seguinte conformidade: I atraso de até 15 dias: multa de 0,2% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas; II atraso de 16 até 30 dias: multa de 0,3% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas; III atraso de 31 até 60 dias: multa de 0,4% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas; IV atraso superior a 60 dias será considerado inexecução total do ajuste.

14.9 As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

14.10 Poderá ser prorrogado o prazo de entrega do objeto desde que a contratada apresente justificativa devidamente fundamentada e por escrito, nos casos previstos pelo art. 57, § 1º, incisos I a VI, da Lei N. 8.666/93, e alterações posteriores.

14.11 A multa aplicada em razão de atraso injustificado não impede que a Administração rescinda a contratação e aplique outras sanções previstas em lei.

14.12 As multas descritas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados ou da garantia, quando houver, ou ainda cobradas administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente.

14.13 Além das penalidades citadas, à contratada ficará sujeita ainda ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do contratante, bem como será descredenciada do SICAF e, no que couberem, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da lei 8.666/1993.

14.14 As penalidades aplicadas à contratada serão registradas no SICAF.

14.15 A contratada não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pelo contratante, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela Administração.

14.16 Para fins de multa, considera-se o valor do contrato o valor do prêmio do seguro.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Maranhão.

15.2. Para fazer face à despesa, será emitida Nota de Empenho pela Seção de Execução Orçamentária e Financeira desta Seccional.

16. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1 A inexecução parcial ou total do Contrato dará ensejo a sua rescisão, atendido o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei N° 8.666, de 21 de junho de 1993.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

- 17.2. A critério do Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária do Maranhão a presente licitação poderá ser:
- 17.2.1. Adiada, por conveniência exclusiva da Administração;
- 17.2.2. Revogada, a juízo da Administração, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
- 17.2.3. Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 17.3. A anulação do procedimento licitatório induz à da contratação.
- 17.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente Edital.
- 17.5. A licitante é responsável administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.
- 17.6. Na contagem dos prazos previstos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 17.7. Cópia do edital e seus anexos serão fornecidos nos horários de 9h às 17h (horário local), pela Equipe de Apoio ao Pregoeiro, no 1º andar do edifício Anexo II da Seção Judiciária do Maranhão, situado na Av. Senador Vitorino Freire, 300, Areinha, São Luís (MA), mediante pagamento do valor referente ao custo de reprodução gráfica, ou através de mídia eletrônica CD ou pendrive a ser fornecido pelo interessado, ou poderá ser obtido ainda através da internet nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.ma.trfl.jus.br.
- 17.8. Independentemente de declaração expressa, a simples participação neste certame implicará na aceitação plena das condições estipuladas no presente Edital e submissão às normas nele contidas.
- 17.9. Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução PRESI SECGE 16, de 03/09/2014. Para tanto, os representantes das empresas vencedoras, após a homologação do Certame, deverão obrigatoriamente, cadastrar-se, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, no acesso externo do Sistema Eletrônico de informações (SEI) no endereço: https://sei.trfl.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0, para assinatura digital do Contrato, sob pena de aplicação das penalidades previstas no item 14 deste Edital.**
- 17.10. Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estipulados neste Edital.**
- 17.11. São partes integrantes deste Edital os seguintes documentos:

TERMO DE REFERENCIAS	Anexo I
DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO (EXIGIDA SOMENTE EM CASO POSITIVO)	Anexo II
DECLARAÇÃO NEGATIVA REFERENTE AO ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO Nº 07/2005 – CNJ E AO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º - CF	Anexo III
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA	Anexo IV

MINUTA DO CONTRATO	Anexo V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA	Anexo VI

17.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

17.13. Maiores informações acerca da presente licitação e/ou quaisquer dados necessários à complementação das especificações poderão ser obtidos junto à Equipe de Apoio ao Pregoeiro, no 1º andar do Anexo II do edifício sede da Seção Judiciária do Maranhão, situado na Av. Senador Vitorino Freire, 300, Areinha, São Luís(MA), ou pelo telefone (98)3214-5754, nos dias úteis, das 9h às 17h (horário local).

São

Luís, 26 de maio de 2022.

Celia Silva Faria

Diretora da Secretaria Administrativa

Seção

Judiciária do Maranhão



Documento assinado eletronicamente por **Celia Silva Faria, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 27/05/2022, às 11:14 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **15753257** e o código CRC **1C92281B**.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro dos bens móveis e imóveis da Subseção Judiciária de Imperatriz - MA, compreendendo o edifício Sede (Blocos A, B e C), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Trata-se da necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro predial, compreendendo o edifício Sede (Blocos A, B e C) da Subseção Judiciária de Imperatriz - MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2 Os bens patrimoniais (MÓVEIS E IMÓVEIS) da Justiça federal no Maranhão, possuem valores significativos devendo ser mantidos e garantidos por meio de cobertura adequada de seguro.

2.3 O contrato em vigência expira em **21/08/2022 (0002990-04.2018.4.01.8007)**, sendo necessária nova contratação dos serviços a fim de que se possa dar continuidade à cobertura existente, haja vista os riscos e a imprevisibilidade de eventos a que a Administração está exposta.

2.4 Os serviços ora referenciados enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no art. 3, II do Decreto 10024/2019 (II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;) , haja vista os padrões de desempenho e qualidade, e todas as características gerais e específicas de sua prestação, em que são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, podendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão Eletrônico..

2.5 A licitação adequada é a de adjudicação por preço global, por se tratar de apenas um item e o objeto não se adequar ao parcelamento do objeto pretendendo ganho em escala.

2.6 O critério de julgamento será o de menor preço global, destacando que a opção mencionada não restringirá o caráter competitivo do certame, muito menos a perda da economia de escala, sendo necessário registrar, ainda, que a natureza dos serviços se ajusta a este critério de julgamento. Deve ser considerada, também, a economicidade gerada para a Administração, a dinamização do processo de execução e uniformização dos serviços, fiscalização e gestão do contrato, em razão de ser efetuada a contratação de uma única empresa para o fornecimento dos serviços em tela.

3. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

3.1 A presente contratação encontra-se alinhado aos objetivos estratégicos da JFMA e respaldo na previsão orçamentária desta Casa.

3.3 A contratação está alinhada aos planos instituídos pelo órgão ou entidade tais como Plano de Desenvolvimento Institucional ou Planejamento Estratégico, assim como Plano de Logística Sustentável processo nº 0000956- 27.2016.4.01.8007.

4. NATUREZA DO SERVIÇO E DURAÇÃO DO CONTRATO

4.1. Trata-se de serviço comum, continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002. , c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019. Vide item 2.7 do ANEXO V da IN nº 05/2017.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto 9.507, de 21 de setembro de

2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. Por se tratar de serviço continuado, o contrato pode ser prorrogado com base no art. 57, II da Lei 8666/93 e que para a prorrogação deve ser realizada pesquisa de mercado para serviços similares, a fim de demonstrar que as condições e preços estão mais vantajosos para administração.

4.4. Não poderá haver a participação de empresas que se enquadrem em ME /EPP, pois empresas de seguro privado não podem se enquadrar na LC 123/2006:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o [art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 \(Código Civil\)](#), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o [art. 12 desta Lei Complementar](#), para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, **de seguros privados** e de capitalização ou de previdência complementar;

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro dos bens móveis e imóveis da Subseção Judiciária de Imperatriz - MA, compreendendo o edifício Sede (Blocos A, B e C), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

5.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. ÁREA DE ATUAÇÃO E RISCOS COBERTOS

6.1 As áreas de atuação são dos bens móveis e imóveis da JFMA, localizados:

- a) Prédio-sede (blocos A, B e C) da Justiça Federal de 1º Grau no Maranhão, Av. Tapajós, S/N - Parque das Nações, Imperatriz - MA.
- b) Bens móveis do prédio-sede (blocos A, B e C) da Justiça Federal de 1º Grau no Maranhão, Av. Tapajós, S/N - Parque das Nações, Imperatriz - MA.

6.2 As coberturas contratadas devem estar indicadas expressamente na apólice de seguro, envolvendo responsabilidade civil, incêndios, raios, explosões e danos elétricos, furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento e inundação.

6.2.1 O Seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverá compreender as seguintes coberturas:

- a) Cobertura Básica** isenta de franquia, contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, inclusive as decorrentes de tumultos;
- b) Coberturas Acessórias** para danos elétricos, responsabilidade civil, furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento e inundação.

c) O Seguro Contra Incêndio deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão, mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, e, ainda, raio e suas consequências.

6.3. Na hipótese de sinistro decorrente de risco simultaneamente amparado por várias coberturas, prevalecerá aquela que for mais favorável à CONTRATANTE, a seu critério, não sendo admitida, em hipótese alguma, a acumulação de coberturas e seus respectivos limites máximos de indenização contratados.

7. DOS PREÇOS

7.1 O valor da proposta da licitante deve incluir todas as despesas e tributos que venham incidir na prestação dos serviços.

7.2 Valor médio estimado de R\$ 3.717,85 (três mil, setecentos e dezessete reais e oitenta e cinco centavos), com base nos valores do mapa de preços 15427963 (R\$ 5.839,86) e das aquisições realizadas nos processos 0002904-33.2018.4.01.8007 (R\$ 2.153,04) e 0002990-04.2018.4.01.8007 (R\$ 3.160,64).

8. DA PROPOSTA

8.1. A proposta deverá conter todas as condições contratuais, além dos valores dos prêmios de cada edificação, conforme este Termo de Referência.

8.2. Os preços cotados deverão ter alíquota de IOF igual a zero, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 2º do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

9. DA APÓLICE

9.1. Da apólice deverá constar o seguinte:

9.1.1. Identificação da seguradora, com o respectivo CNPJ, as datas de início e fim de sua vigência, e descrição de cada edifício com suas devidas especificações, localizações e valores em risco;

9.1.2. Prêmios discriminados por cobertura, Limites Máximos de indenização e Limites Máximos de Garantia da apólice;

9.1.3. O nome ou a razão social do segurado;

9.1.4. Todos os procedimentos para a liquidação de sinistros, com especificação dos documentos básicos necessários a serem apresentados para cada tipo de cobertura;

10. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

A prestação de serviços de seguro predial, **contra incêndio, explosão, queda de raios, responsabilidade civil, e danos elétricos, furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento e inundação.** para cobertura do patrimônio imobiliário e mobiliário da Justiça federal no Maranhão - JFMA deverão ser executados e avaliados em conformidade com o descrito no Termo de Referência e com a devida entrega da Apólice de Seguro no prazo determinado neste termo de referência.

11. DO AVISO DE SINISTRO

11.1. A SEGURADORA deverá colocar à disposição do SEGURADO, 24 horas por dia, durante os 07 dias da semana, central de atendimento para aviso de sinistro, podendo as solicitações serem efetuadas por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional, devendo fornecer número

de protocolo de atendimento da chamada;

11.2. Após registro de sinistro, a SEGURADORA terá, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no local do dano e proceder às devidas formalidades, visando o pagamento da indenização aplicável ao caso.

12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1 A apólice deverá ser apresentada, pela contratada, **no prazo máximo de 15 dias corridos após a assinatura do contrato.**

12.2 A apólice será recebida, provisoriamente, pela Seção de Suporte Administrativo e Operacional - SESAP da Subseção Judiciária de Imperatriz, para verificação da adequação do objeto às especificações exigidas neste Termo de Referência, **no prazo de 15 dias corridos contados da sua apresentação.**

12.3 Após verificada a conformidade com as especificações técnicas, a apólice será recebida definitivamente, **no prazo de 15 dias corridos contados da sua apresentação**, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou atesto no documento de cobrança, que será remetido ao setor competente para pagamento.

12.4 A apólice de seguro deverá atender às disposições do Decreto-Lei nº 73/66 e, em especial a regulamentação da Circular Susep 621/2021 e alterações posteriores.

12.5 O prazo de vigência da apólice deve coincidir com o da nota de empenho ou do contrato, se houver, e a apólice de seguro deverá enquadrar-se nas normas estabelecidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados e conter os dados do seguro, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias e indenizações.

13. DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO

13.1 DO DOCUMENTO DE COBRANÇA

13.1.1 Para efeitos de pagamento, a licitante vencedora deverá apresentar documento de cobrança, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

13.1.2 A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente: a) Certidão de regularidade com a Seguridade Social; b) Certidão de regularidade com o FGTS; c) Certidão de regularidade com a Fazenda Federal; d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.1.3 Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela licitante vencedora, no Setor de Protocolo da Subseção Judiciária de Imperatriz, localizado no edifício sede, situado na Av. Tapajós, S/N - Parque das Nações, Imperatriz - MA, 65912-900.

13.1.4 Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a licitante vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.

13.1.5 Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do seu recebimento, o gestor do contrato deverá encaminhá-lo para pagamento.

13.1.6 O pagamento será efetuado em parcela única até o prazo de 5 dias úteis, após o atesto do documento de cobrança e cumprimento da perfeita realização dos serviços e prévia verificação da regularidade fiscal da licitante vencedora, desde que a nota fiscal/fatura esteja preenchida corretamente.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1 Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento da execução dos serviços ora contratados;
- 14.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 14.3 Comunicar à CONTRATADA a ocorrência de qualquer sinistro que tenha conhecimento;
- 14.4 Providenciar o Registro de Ocorrência junto aos Órgãos competentes, em casos de sinistros;
- 14.5 Fornecer à CONTRATADA ou facilitar o acesso a toda espécie de informação sobre as circunstâncias e consequências do sinistro;
- 14.6 Aguardar autorização da CONTRATADA para iniciar a reparação dos danos ocorridos nos bens móveis e/ou imóveis;
- 14.7 Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Termo de Referência;
- 14.8 Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e neste Termo de Referência;

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1 Responsabilizar-se por todos os custos decorrentes da presente contratação, tendo em conta que o valor por grupo proposto é líquido e certo.
- 15.2 Informar à Contratante, antes do início da vigência do seguro, os impedimentos à formalização do seguro, justificando-os e comprovando-os.
- 15.3 Iniciar a avaliação dos danos dos bens móveis e imóveis, até o primeiro dia útil seguinte ao recebimento do aviso do sinistro.
- 15.4 Garantir a plena cobertura do imóvel e bens segurados até o limite de valor declarado pela Contratante, a partir da data de assinatura do contrato.
- 15.5 Comunicar a Contratante toda e qualquer irregularidade que observar na execução do contrato.
- 15.6 Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, considerando as normas vigentes da SUSEP – Superintendências de Seguros Privados.
- 15.7 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.
- 15.8 Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas no Edital e Termo de Referência;
- 15.9 Designar preposto, aceito pela JFMA, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.
- 15.10 Executar os serviços de seguros do patrimônio móvel e imóvel de forma a garantir sempre o máximo de resultados e provocar o mínimo de transtorno para a Justiça Federal no Maranhão quando forem acionados.
- 15.11 Indenizar eventuais sinistros em até a 30 (trinta) dias a contar da entrega da documentação completa necessária para essa finalidade.
- 15.12 Os bens deverão estar segurados contra os riscos previstos neste Termo de Referência, desde a data da assinatura do contrato, ainda que não emitida a apólice de seguro.
- 15.13 Responder pelos danos causados diretamente a JFMA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela JFMA.
- 15.14 Não subempreitar global ou parcialmente os serviços avençados.

15.15 Prestar todas as informações solicitadas pela JFMA de forma clara, concisa e lógica.

15.16 A licitante vencedora fica obrigada a manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XIII, art. 55, da Lei nº 8.666/1993.

15.17 Emitir a apólice de seguro no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho ou do contrato, se houver.

15.18 Na hipótese do inadimplemento do item anterior, a CONTRATADA será notificada, no prazo definido pela Seção Judiciária do Maranhão, para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato (Arts. 78, inciso I e 87, da Lei nº 8.666/1993), além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, e na Lei.

15.19 A licitante vencedora se obriga a manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente, em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.

15.20 A seguradora deverá possuir corretor credenciado na cidade de Imperatriz/MA ou São Luís/MA. E no prazo de 24 horas a seguradora deverá designar um Corretor para no endereço informado pela Justiça Federal acompanhar o registro da ocorrência e demais providências necessárias, em caso de sinistros com bens segurados.

15.21 A CONTRATADA deverá emitir a apólice com especificações claras e detalhadas das coberturas, franquias, bônus e valor do prêmio de acordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

15.22 Providenciar as alterações na apólice solicitadas pela CONTRATANTE, através de endosso, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos a contar da comunicação do fato por parte da CONTRATANTE.

15.23 Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e outras previstas no Contrato.

16. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 Nos termos do artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, responsabilidade pela gestão desta contratação ficará a cargo da Seção de Suporte Administrativo e Operacional - SESAP da Subseção Judiciária de Imperatriz, através do servidor designado, que também será responsável pelo recebimento e atesto do documento de cobrança.

16.2 A fiscalização deste Contrato será realizada por servidor a ser indicado pela Diretoria Geral.

16.3 A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

16.4 Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração da Contratante, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Edital e no Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

17.2 As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.

17.3 Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será o contratado notificado da infração e da

penalidade correspondente, para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

17.4 Recebida a defesa, o Diretor do Foro da Seção Judiciária do Maranhão deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

17.5 A inexecução total ou parcial do fornecimento do objeto, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado, garantida a prévia defesa, à aplicação das seguintes sanções: I Advertência; II Multa; III Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

17.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a multa correspondente a 20% do valor a ele adjudicado.

17.7 A inexecução total do contrato ensejará a aplicação de multa de 30% do valor do ajuste.

17.8 As multas por atraso serão aplicadas na seguinte conformidade: I atraso de até 15 dias: multa de 0,2% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas; II atraso de 16 até 30 dias: multa de 0,3% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas; III atraso de 31 até 60 dias: multa de 0,4% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas; IV atraso superior a 60 dias será considerado inexecução total do ajuste.

17.9 As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

17.10 Poderá ser prorrogado o prazo de entrega do objeto desde que a contratada apresente justificativa devidamente fundamentada e por escrito, nos casos previstos pelo art. 57, § 1º, incisos I a VI, da Lei N. 8.666/93, e alterações posteriores.

17.11 A multa aplicada em razão de atraso injustificado não impede que a Administração rescinda a contratação e aplique outras sanções previstas em lei.

17.12 As multas descritas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados ou da garantia, quando houver, ou ainda cobradas administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente.

17.13 Além das penalidades citadas, à contratada ficará sujeita ainda ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do contratante, bem como será descredenciada do SICAF e, no que couberem, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da lei 8.666/1993.

17.14 As penalidades aplicadas à contratada serão registradas no SICAF.

17.15 A contratada não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pelo contratante, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela Administração.

17.16 Para fins de multa, considera-se o valor do contrato o valor do prêmio do seguro.

18. DA VISTORIA

18.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria no local dos bens a serem segurados, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:30 horas às 13:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (99) 3529-0596, ou pelo e-mail sesap.itz@trfl.jus.br,

18.1.1 Após a vistoria, será emitida declaração que o licitante vistoriou o local de serviços, devendo ser apresentada na licitação

18.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

18.3 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado;

18.4 Não serão aceitas reclamações posteriores quanto ao desconhecimento de quaisquer particularidades que afetem, direta ou indiretamente, a perfeita execução dos trabalhos.

18.5 Caso opte pela não vistoria, a licitante deverá emitir declaração de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do local e do objeto, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade);

19. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1 A contratação vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período ou fração, mediante acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, incluindo os primeiros 12 (doze) meses.

19.2 O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, por igual período a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- a) Prestação regular dos serviços.
- b) Manutenção do interesse do Contratante na realização do serviço.
- c) Permanência da vantagem econômica para o Contratante.
- d) Manifestação expressa da Contratada quanto ao interesse na prorrogação.
- e) Contratada não houver sido impedida de licitar e contratar com a União ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.3 No caso de prorrogação do contrato, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar nova apólice de seguro, com vigência para o novo período de 12 (doze) meses, sem interrupção com o período anterior.

19.4 A SESAP apresentará à contratada o Valor Segurado, para fins da apresentação da nova apólice.

19.5 No tocante aos bens imóveis, serão apresentados valores extraídos do Spiunet à época da renovação da apólice.

19.6 No tocante aos bens móveis, serão apresentados valores extraídos do sistema de patrimônio do TRF, à época da renovação da apólice.

19.7 A taxa de prêmio - também denominada taxa comercial ou taxa de tarifa, obtida mediante a divisão do prêmio pela importância total segurada, a cada prorrogação, não deverá exceder o percentual fixado na proposta vencedora, incorporada ao contrato inicial.

20. REAJUSTE

20.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

20.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as

- obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 20.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 20.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 20.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 20.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 20.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 20.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

21. CRITÉRIOS E PRATICAS DE SUSTENTABILIDADE

Quanto aos critérios de sustentabilidade, não se aplica na execução do objeto, uma vez que os serviços a serem contratados referem-se ao pagamento de indenizações por prejuízos ocorridos decorrente de riscos cobertos.

22. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

Quanto aos critérios medição de resultado, não se aplica na execução do objeto, uma vez que os serviços a serem contratados referem-se ao pagamento de indenizações por prejuízos ocorridos decorrente de riscos cobertos.

23. DA HABILITAÇÃO

- 23.1. Certidão negativa da Fazenda Federal, da Fazenda Estadual da sede da licitante, da fazenda Municipal da sede da licitante;
- 23.2. Certidões negativa de FGTS e Trabalhista;
- 23.3. Como condição de habilitação no Certame, deverá a licitante **apresentar prova de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP**, através das certidões de regularidade e da certidão de livre movimentação de ativos;

ANEXOS I - LOCALIZAÇÃO DOS IMÓVEIS E VALORES A SEREM COBERTOS

ANEXO I

Ed. Sede Subseção Judiciária de Imperatriz (blocos A, B e C) - Av. Tapajós, S/N - Parque das Nações, Imperatriz - MA, 65912-900.				
Área: 3.815,00 m²				
Coberturas	Risco	LMI	Franquias	Prêmio

Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza.	Relativo	R\$ 9.236.490,60 (R\$ 7.313,800,00 (Edificação) + R\$ 1.922,690,60 (Máquinas, móveis e utensílios))	Sem franquia
Danos elétricos.	Absoluto	R\$ 461.824,53	10% dos prejuízos Indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Responsabilidade civil.	Absoluto	R\$ 230.912,27	Sem franquia
Derrame ou vazamento de chuveiros automáticos. (<i>sprinklers</i>)	Absoluto	R\$ 23.091,23	10% dos prejuízos Indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Furto qualificado e roubo de bens.	Absoluto	R\$ 23.091,23	Sem franquia
Quebra de Vidros, inclusive pele de vidro.	Absoluto	R\$ 13.854,74	10% dos prejuízos Indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Alagamento e inundação.	Absoluto	R\$ 461.824,53	10% dos prejuízos Indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00

ANEXO VI

FORMULAÇÃO DE PROPOSTA

MODELO DE

Razão Social:

CNPJ:

Endereço: Bairro:

Cidade: CEP: Estado:

Contato/Representante legal:

RG: CPF:

Fone/Fax:

E-mail:

Dados para Pagamento:

Banco: Agência: Conta:

ANEXO II

MODELO

DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO (EXIGIDA SOMENTE EM CASO POSITIVO)

(Nome da Empresa)_, CNPJ n.º_, sediada (endereço completo)_, declara, em atendimento ao previsto no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO N. 26/2022**, sob as penas da Lei, a superveniência dos fatos a seguir elencados, os quais poderão constituir-se em impeditivos da habilitação neste procedimento licitatório.

- 1._;
- 2._;
- 3._(Especificar outros)

Local e data

nome/ qualificação e
n.º da identidade do declarante

ANEXO III

MODELO

DECLARAÇÃO NEGATIVA REFERENTE AO ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO Nº 07/2005 – CNJ E AO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º - CF

(Nome da Empresa)_, CNPJn.º_, sediada_(endereço completo)_, declara, em atendimento a o **disposto no artigo 3º da Resolução Nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça**, que não contratará durante a vigência da avença decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO N. 026/2022** empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de ocupantes de cargo de direção e assessoramento ou de juízes vinculados à Seção Judiciária do Maranhão.

Declara, ainda, em atendimento ao **previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, que não possui, em seu quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem empregados menores de 16(dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Local e data

nome/ qualificação e
n.º da identidade do declarante

ANEXO IV

MODELO

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/ Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qual quer meio ou por qualquer pessoa;

- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N /2022 – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO E A EMPRESA..... , O QUAL SE ORIGINOU DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N , AUTORIZADO PELO ORDENADOR DE DESPESA ÀS FOLHAS DESSES AUTOS.

A União, através da JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA NO MARANHÃO, com registro no C.N.P.J./M.F. sob o nº 05.424.667/0001-35 e sede no Fórum Ministro Carlos Alberto Madeira, na Av. Senador Vitorino Freire, 300, Areinha, nesta Capital - neste ato representada pelo MM Juiz Federal Diretor do Foro, Dr., brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n. SSP/...., inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n , residente e domiciliado

nesta cidade, no uso de suas atribuições legais - designada doravante simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, com registro no C.N.P.J./M.F. sob o nº, e sede na Rua....., na cidade de - neste ato representada pelo Sr....., brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº SSP-....., CPF nº, residente e domiciliado na, na cidade de - doravante designada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE SERVIÇOS** de empresa seguradora para cobertura dos **bens móveis e imóveis** da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO MARANHÃO**, localizados em Imperatriz/Ma, tendo em vista o disposto nos autos do Procedimento Administrativo N., Edital do **Pregão N. 15/2022**, as disposições da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, Lei Complementar n. 123, de 14.12.2006, Decretos n. 3.555, de 08.08.2000, e 10.024, de 28.10.20189, e Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, demais legislação e normas aplicáveis, bem como nas seguintes Cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de empresa seguradora para cobertura dos **bens móveis e imóveis** da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO MARANHÃO**, localizados em Imperatriz/Ma, consoante Anexo I deste Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A presente contratação obedecerá ao estipulado neste Contrato e no Termo de Referência, bem como ao estabelecido no ato convocatório da licitação que lhe deu origem (Pregão Eletrônico nº 26/2022) e todos os seus anexos, e nas obrigações assumidas pela **CONTRATADA** através da proposta firmada em XX/XX/XXXX, constante do documento de n.º XXXXXXXX do Procedimento SEI nº xxxxxxxxxxxxxx, e dirigida ao **CONTRATANTE**, documentos que, independentemente de transcrição, integram e complementam o presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO SUPORTE LEGAL

O presente instrumento foi precedido de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, registrado sob o número **26/2022**, e celebrado nos termos da Lei nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto nº 10.024/2019, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, observadas todas as alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela prestação de serviços de seguro predial, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ XXXXXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**,

PARÁGRAFO ÚNICO - Incluem-se nos preços contratados neste instrumento os valores relativos às obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, acidentes de trabalho, infortunistica, fretes, prêmios de seguros, materiais, mão de obra, garantia e demais custos diretos e indiretos que possam ou venham a incidir no adimplemento do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta do orçamento da União, através do Programa de Trabalho Resumido 096903 - Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional, Plano Orçamentário 0000 - Julgamento de Causas na Justiça Federal - DES , Natureza da Despesa 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros - PJ).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

1 DO DOCUMENTO DE COBRANÇA

1.1 Para efeitos de pagamento, a licitante vencedora deverá apresentar documento de cobrança, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

1.2 A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente: a) Certidão de regularidade com a Seguridade Social; b) Certidão de regularidade com o FGTS; c) Certidão de regularidade com a Fazenda Federal; d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.3 Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela licitante vencedora, no Setor de Protocolo da Subseção Judiciária de Imperatriz, localizado no edifício sede, situado na Av. Tapajós, S/N - Parque das Nações, Imperatriz - MA, 65912-900.

1.4 Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a licitante vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.

1.5 Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do seu recebimento, o gestor do contrato deverá encaminhá-lo para pagamento.

1.6 O pagamento será efetuado em parcela única até o prazo de 5 dias úteis , após o atesto do documento de cobrança e cumprimento da perfeita realização dos serviços e prévia verificação da regularidade fiscal da

licitante vencedora, desde que a nota fiscal/fatura esteja preenchida corretamente.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 1 Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento da execução dos serviços ora contratados;
- 2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 3 Comunicar à CONTRATADA a ocorrência de qualquer sinistro que tenha conhecimento;
- 4 Providenciar o Registro de Ocorrência junto aos Órgãos competentes, em casos de sinistros;
- 5 Fornecer à CONTRATADA ou facilitar o acesso a toda espécie de informação sobre as circunstâncias e consequências do sinistro;
- 6 Aguardar autorização da CONTRATADA para iniciar a reparação dos danos ocorridos nos bens móveis e/ou imóveis;
- 7 Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Termo de Referência;
- 8 Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e neste Termo de Referência;

CLÁUSULA DÉCIMA -DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1 Responsabilizar-se por todos os custos decorrentes da presente contratação, tendo em conta que o valor por grupo proposto é líquido e certo.
- 2 Informar à Contratante, antes do início da vigência do seguro, os impedimentos à formalização do seguro, justificando-os e comprovando-os.
- 3 Iniciar a avaliação dos danos dos bens móveis e imóveis, até o primeiro dia útil seguinte ao recebimento do aviso do sinistro.
- 4 Garantir a plena cobertura do imóvel e bens segurados até o limite de valor declarado pela Contratante, a partir da data de assinatura do contrato.
- 5 Comunicar a Contratante toda e qualquer irregularidade que observar na execução do contrato.
- 6 Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, considerando as normas vigentes da SUSEP – Superintendências de Seguros Privados.
- 7 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.
- 8 Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas no Edital e Termo de Referência;
- 9 Designar preposto, aceito pela JFMA, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.
- 10 Executar os serviços de seguros do patrimônio móvel e imóvel de forma a garantir sempre o máximo de

resultados e provocar o mínimo de transtorno para a Justiça Federal no Maranhão quando forem acionados.

11 Indenizar eventuais sinistros em até a 30 (trinta) dias a contar da entrega da documentação completa necessária para essa finalidade.

12 Os bens deverão estar segurados contra os riscos previstos neste Termo de Referência, desde a data da assinatura do contrato, ainda que não emitida a apólice de seguro.

13 Responder pelos danos causados diretamente a JFMA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela JFMA.

14 Não subempreitar global ou parcialmente os serviços avençados.

15 Prestar todas as informações solicitadas pela JFMA de forma clara, concisa e lógica.

16 A licitante vencedora fica obrigada a manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XIII, art. 55, da Lei nº 8.666/1993.

17 Emitir a apólice de seguro no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho ou do contrato, se houver.

18 Na hipótese do inadimplemento do item anterior, a CONTRATADA será notificada, no prazo definido pela Seção Judiciária do Maranhão, para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato (Arts. 78, inciso I e 87, da Lei nº 8.666/1993), além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, e na Lei.

19 A licitante vencedora se obriga a manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente, em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.

20 A seguradora deverá possuir corretor credenciado na cidade de Imperatriz/MA ou São Luís/MA. E no prazo de 24 horas a seguradora deverá designar um Corretor para no endereço informado pela Justiça Federal acompanhar o registro da ocorrência e demais providências necessárias, em caso de sinistros com bens segurados.

21 A CONTRATADA deverá emitir a apólice com especificações claras e detalhadas das coberturas, franquias, bônus e valor do prêmio de acordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

22 Providenciar as alterações na apólice solicitadas pela CONTRATANTE, através de endosso, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos a contar da comunicação do fato por parte da CONTRATANTE.

23 Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e outras previstas no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

1. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

2 As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.

3 Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será o contratado notificado da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

4 Recebida a defesa, o Diretor do Foro da Seção Judiciária do Maranhão deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

5 A inexecução total ou parcial do fornecimento do objeto, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado, garantida a prévia defesa, à aplicação das seguintes sanções: I Advertência; II Multa; III Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a multa correspondente a 20% do valor a ele adjudicado.

7 A inexecução total do contrato ensejará a aplicação de multa de 30% do valor do ajuste.

8 As multas por atraso serão aplicadas na seguinte conformidade: I atraso de até 15 dias: multa de 0,2% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas; II atraso de 16 até 30 dias: multa de 0,3% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas; III atraso de 31 até 60 dias: multa de 0,4% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas; IV atraso superior a 60 dias será considerado inexecução total do ajuste.

9 As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

10 Poderá ser prorrogado o prazo de entrega do objeto desde que a contratada apresente justificativa devidamente fundamentada e por escrito, nos casos previstos pelo art. 57, § 1º, incisos I a VI, da Lei N. 8.666/93, e alterações posteriores.

11 A multa aplicada em razão de atraso injustificado não impede que a Administração rescinda a contratação e aplique outras sanções previstas em lei.

12 As multas descritas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados ou da garantia, quando houver, ou ainda cobradas administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente.

13 Além das penalidades citadas, à contratada ficará sujeita ainda ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do contratante, bem como será descredenciada do SICAF e, no que couberem, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da lei 8.666/1993.

14 As penalidades aplicadas à contratada serão registradas no SICAF.

15 A contratada não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pelo contratante, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela Administração.

16 Para fins de multa, considera-se o valor do contrato o valor do prêmio do seguro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato poderá ensejar sua

rescisão, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo do disposto na Cláusula das Penalidades e Recursos Administrativos, do presente instrumento.

§ 1º No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o **CONTRATANTE** adotar, motivadamente, providências acauteladoras;

§ 2º Nos casos de rescisão provocada por inadimplemento da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito pelas partes o Foro Federal de São Luís/MA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento, com renúncia de qualquer outro.

São Luís - MA, de de

Pela Contratante: Pela Contratada:

Juiz Federal Diretor do Foro

Representante da Contratada

ANEXO VI

MODELO

DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

A Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX inscrita no CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediada na XXXXXXXXXXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXXX, CEP n XXXXXXXXXXXXX, declara por seu representante legal, o(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXXX CPF Nº XXXXXXXXXXXXX, ter ciência e conhece todos os elementos técnicos necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, responsabilizando-se integralmente, também, pela execução dos serviços nas condições descritas no Termo de Referência - Anexo I.

São Luís (MA), xx de xxxxx de 2022.

(assinatura do vistoriador)

CPF do vistoriador

Av. Senador Vitorino Freire, nº 300 - Bairro Areinha - CEP 65031-900 - São Luís - MA - www.trf1.jus.br/sjma/
0002085-57.2022.4.01.8007

15753257v4